



DIA DO JORNALISTA

2,5 mil ataques por dia

Dados relativos a 2025 registram cerca de 900 mil agressões via web. Houve ainda 66 casos de violência não letal a repórteres e veículos

» DANANDRA ROCHA
» VICTOR CORREIA

Em 2025, houve cerca de 900 mil ataques à imprensa no ambiente digital, o que dá uma média de quase 2,5 mil por dia e representa um aumento próximo de 30% em relação a 2024 — quando foram registrados em torno de 700 mil casos. Além disso, no ano passado, aconteceram 66 episódios de violência não letal contra jornalistas e veículos de comunicação, que atingiram ao menos 80 profissionais. Tais números fazem parte do levantamento divulgado ontem pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), data em que se celebrou o Dia do Jornalista no Brasil.

No caso da violência não letal, houve queda em relação a 2024, mas os números mostram que a cada cinco dias ocorreu ao menos um episódio. A violência física voltou a liderar as ocorrências de ataques a jornalistas (39% dos casos). Foram 26 episódios, com crescimento tanto no número de registros quanto no de vítimas. A maior parte das agressões ocorreu na Região Sudeste (38%), seguida pelo Centro-Oeste e pelo Nordeste.

O perfil dos principais agressores é de políticos e ocupantes de cargos públicos, seguidos por

torcedores de clubes de futebol e integrantes de organizações esportivas. Profissionais de televisão foram os mais atingidos, reflexo da exposição em coberturas de rua e transmissões ao vivo.

Além das agressões físicas, o relatório aponta aumento significativo de intimidações — 10 casos registrados, alta de 40% em relação a 2024. Também houve denúncias de ameaças de morte, detenções e episódios de censura — neste último caso, houve crescimento de 57%. Em diversas regiões do país, equipes de reportagem foram impedidas de trabalhar.

No ambiente digital, o levantamento da empresa Bites, especializada em análise de dados, observa que expressões depreciativas voltaram a circular com força, associando o jornalismo a termos como "lixo" e "golpista". Parte disso foi impulsionada por bolsonaristas irritados com a condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro e com os desdobramentos da tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro de 2023.

Nesse ambiente, surge uma nova preocupação: o uso de inteligência artificial para amplificar campanhas de desinformação. As principais plataformas passaram a integrar o ecossistema da disputa narrativa, sendo utilizadas tanto para consulta quanto para manipulação de conteúdo.

Ailton de Freitas/ MJSP



Lima e Silva na cerimônia de lançamento do protocolo: "Polarização fez do jornalista um alvo prioritário"

Para o presidente-executivo da Abert, Cristiano Lobato Flôres, o avanço da inteligência artificial representa um novo risco, especialmente em períodos eleitorais. Ele observa que já há indícios do uso dessas tecnologias para distorcer conteúdos, alterar falas de jornalistas e criar campanhas de desinformação.

"Podemos ver um aumento dos ataques virtuais em 2025 com a utilização das plataformas de inteligência artificial. É onde você consegue organizar campanhas de desacreditação do trabalho da imprensa e que você também consegue fazer utilização tecnológica com modulação de voz, alterando a realidade e o contexto de

matérias jornalísticas", advertiu.

Flôres ressalta, porém, que o cenário reforça a posição do jornalista profissional. Isso porque cresce a demanda por informação verificada e contextualizada, especialmente nas campanhas eleitorais, quando o eleitor depende diretamente da cobertura jornalística para formar opinião.

Protocolo de proteção

Por conta do ambiente de agressão à imprensa, o governo federal anunciou, também ontem, um novo protocolo para investigação de crimes contra jornalistas, que prevê proteção imediata às vítimas e a seus parentes, qualificação de procedimentos, produção e proteção de provas e escuta qualificada das vítimas. A ideia é garantir celeridade aos casos, protegendo a liberdade de expressão e o sigilo das fontes durante a investigação.

"Vivemos um tempo em que a desinformação circula em massa nas redes sociais. Narrativas falsas, fabricadas, competem de igual para igual com fatos verificados. A polarização ideológica transformou o jornalista em alvo prioritário", afirmou o ministro da Justiça e Segurança Pública, Wellington César Lima e Silva.

O governo também prepara um decreto para criar medidas de proteção às mulheres nas redes sociais, prevendo a responsabilização das plataformas em casos de campanhas coordenadas de ataque e divulgação de conteúdos impróprios, como fotos e vídeos íntimos ou montagens feitas com inteligência artificial. Segundo Lima e Silva, a proposta terá foco naquelas que são politicamente expostas, como candidatas, ocupantes de cargos públicos e integrantes da imprensa.

DOENÇA DE PARKINSON AINDA POSSUI LIMITAÇÕES DE TRATAMENTOS NO BRASIL

A PROGRESSÃO DA ENFERMIDADE LEVA A NECESSIDADE DE TERAPIAS VARIADAS. NO TERRITÓRIO BRASILEIRO, 500 MIL INDIVÍDUOS SÃO AFETADOS COM A CONDIÇÃO

Apresentado por:

abbvie

Gabriella Collodetti

Com mais de 10 milhões de pessoas impactadas em todo o mundo, incluindo cerca de 500 mil brasileiros¹, a doença de Parkinson apresenta prevalência crescente, fenômeno que está diretamente relacionado ao envelhecimento da população, já que a condição é mais comum em indivíduos com mais de 60 anos.

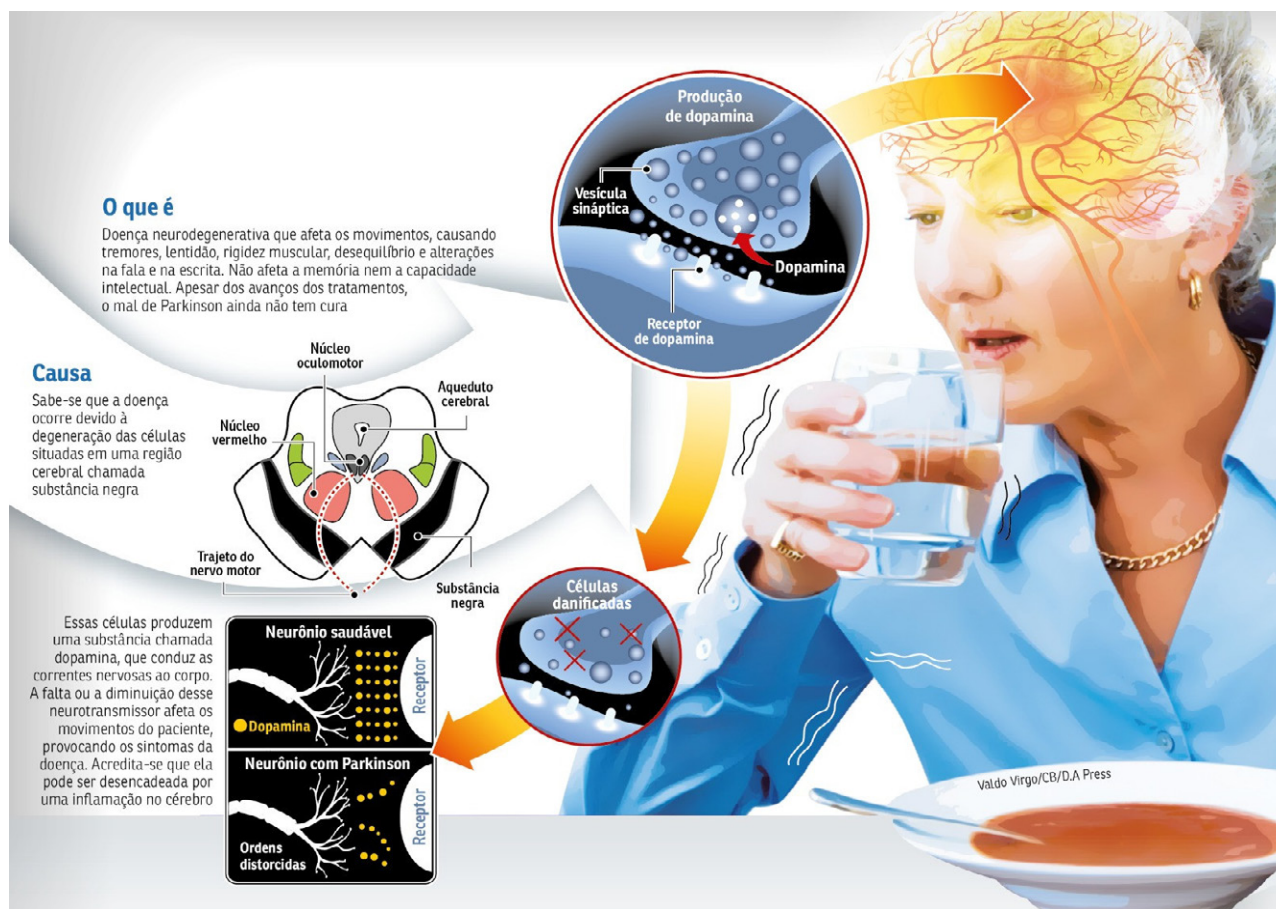
Ainda assim, também há registros de diagnóstico em pessoas jovens, sendo que o início precoce costuma estar associado a quadros mais graves. No Brasil, estima-se que aproximadamente 36 mil novos casos² surjam a cada ano, reforçando a importância de atenção, diagnóstico precoce e estratégias de cuidado voltadas a essa população.

Segunda condição neurodegenerativa mais comum do mundo, a enfermidade é um distúrbio do movimento progressivo e crônico, decorrente da perda de neurônios que produzem dopamina. Embora o tremor seja o sinal mais conhecido, ele representa apenas uma parte da complexidade do Parkinson.

"A doença é neurodegenerativa e progressiva, envolvendo uma série de sintomas motores e não motores, como rigidez, lentidão de movimentos, distúrbios do sono, alterações cognitivas, problemas gastrointestinais e perda do olfato", explica Fernando Mos, diretor médico AbbVie Brasil, empresa biofarmacêutica global.

Do ponto de vista neurológico, o Parkinson envolve diversos sistemas do organismo. Delson José da Silva, membro titular e atual presidente da Academia Brasileira de Neurologia, informa que além da perda de neurônios, há também o acúmulo anormal de proteínas, especialmente a alfa-sinucleína, que leva à formação dos chamados corpos de Lewy, uma das principais características da doença.

"Outros neurotransmissores, como noradrenalina, serotonina e acetilcolina, também estão envolvidos, o que explica a ampla variedade de sintomas não motores. Por isso, trata-se de uma condição



complexa, com manifestações que vão muito além do movimento. Com a progressão da doença, surgem as flutuações motoras, quando o paciente passa a alternar períodos de boa resposta ao tratamento com momentos de piora dos sintomas", informa.

O especialista indica que a progressão do Parkinson ocorre de forma gradual. No início, os sintomas são mais leves e costumam responder bem ao tratamento medicamentoso, permitindo que o paciente mantenha sua autonomia. Com o avanço da doença, surgem limitações. A resposta à medicação também passa a ser menos previsível, com períodos de melhora alternados com fases de piora, conhecidas como flutuações motoras.

"Podem surgir discinesias, que são movimentos involuntários associados ao uso prolongado da medicação, e o congelamento da marcha, quando

o paciente sente como se os pés estivessem presos ao chão. Esses fatores aumentam o risco de quedas e comprometem progressivamente a autonomia, exigindo maior suporte e acompanhamento especializado", aponta.

Delson ressalta que a perda progressiva da autonomia, especialmente nas fases mais avançadas, exige uma abordagem terapêutica integrada e multidisciplinar. Nesse âmbito, o diretor médico AbbVie Brasil, Fernando Mos, corrobora a ponderação feita por Delson. "A contribuição da indústria vai além do desenvolvimento de medicamentos. No Parkinson, é fundamental considerar a doença de forma ampla, levando em conta seu impacto progressivo na autonomia do paciente e na rotina de familiares e cuidadores", destaca.

Sabe-se que o tratamento padrão da doença

de Parkinson baseia-se na reposição de dopamina, realizada por meio de seu análogo, a levodopa administrada por via oral, com o objetivo de controlar os sintomas motores característicos da condição.

Entretanto, com a progressão da doença, a levodopa oral pode ter a eficácia reduzida e levar a efeitos adversos como as discinesias, causando flutuações motoras e discinesias. Nesses casos, a única opção atualmente disponível no Brasil quando a medicação oral falha é a cirurgia de estimulação cerebral profunda (DBS), que não é indicada para todos — até 34% dos pacientes são ineleáveis e, entre os elegíveis, 25% recusam o procedimento por considerá-lo invasivo.

Lacunas no Brasil

Rubens Cury, médico assistente do Grupo de

Distúrbios do Movimento e doença de Parkinson do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), enxerga duas grandes lacunas no Brasil no que diz respeito ao cuidado do Parkinson: a neuroproteção e o acesso à estimulação dopaminérgica contínua.

"Atualmente, não dispomos de terapias capazes de reduzir ou interromper a progressão da doença. A evolução do Parkinson é inevitável", lamenta. O profissional explica que, na prática, são oferecidas terapias essencialmente sintomáticas. "Tentamos, com algumas abordagens, alcançar um efeito neuroprotetor, mas esse ainda é um dos grandes desafios no tratamento do Parkinson e representa uma lacuna importante", informa.

Essas terapias ajudam a reduzir o chamado "on-off", em que o paciente alterna entre momentos de bom controle dos sintomas e períodos de grande limitação motora. A estimulação contínua, segundo Rubens, permite manter o paciente em um estado motor mais estável ao longo do dia e da noite.

"Esse tipo de abordagem inovadora já existe em outros países, mas ainda não está disponível no Brasil. Hoje, no mundo, já contamos com terapias dopaminérgicas contínuas capazes de oferecer esse controle mais uniforme, o que representa um avanço significativo e, ao mesmo tempo, uma lacuna importante no cuidado dos pacientes brasileiros pois ainda não dispomos dessa alternativa de tratamento para a doença de Parkinson", diz.

Embora ainda não exista uma cura definitiva, a ciência tem avançado de forma consistente no entendimento e no tratamento do Parkinson, abrindo caminhos promissores para o futuro. Ao mesmo tempo, inovações já adotadas em outros países indicam que há um horizonte de possibilidades a ser explorado no Brasil. Por essa razão, a comunidade médica defende que investir na incorporação dessas tecnologias e ampliar o acesso a terapias mais modernas são passos importantes para transformar o cenário da doença no país.

1. THE LANCET REGIONAL HEALTH – AMERICAS. Article (PIIS-2667-193X(25)00056-0). Elsevier. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lanam/article/PIIS2667-193X\(25\)00056-0/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lanam/article/PIIS2667-193X(25)00056-0/fulltext).
2. ABOUT PARKINSON'S: Parkinson's 101. The Michael J. Fox Foundation for Parkinson's Research. Disponível em: <https://www.michaeljfox.org/understanding-parkinsons/i-have-got-what.php#q2>. Acesso em: 17 out. 2025.